



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA

Controladoria Geral

Rua Francisco Santos, 160 - 1º andar – Centro – Itabaiana/SE.

PABX: (79) 3431-9712 - controladoria@itabaiana.se.gov.br



## PARECER Nº 04/2024

### MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2024

O CONTROLE INTERNO DE ITABAIANA, ESTADO DE SERGIPE, por intermédio de sua secretária, que esta subscreve, nos autos em epigrafe, em atendimento ao pedido de análise e parecer quanto à inexigibilidade de licitação para o objeto supracitado, assim manifesta-se, a saber:

#### 1. DA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

- I. Documento de Formalização de demanda (DFD);
- II. Despacho para elaboração do estudo técnico preliminar;
- III. Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- IV. Termo de Referência (TR);
- V. Despacho requerendo aprovação elaboração do estudo técnico preliminar;
- VI. Aprovação elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR);
- VII. Declaração de Estimativa do Impacto Orçamentário- Financeiro;
- VIII. Declaração sobre aumento de Despesa;
- IX. Apresentação de Certidões Negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, de Débitos Trabalhistas, Certificação de cursos, Notas Fiscais de outras palestras realizadas, atestado de capacidade técnica
- X. Justificativa da Secretaria de Educação pela Inexigibilidade da licitação;
- XI. Despacho de envio à Controladoria Geral do Município para análise e parecer

Passo a análise.

## 1. RELATÓRIO

Vem ao exame desta Controladoria requisição de parecer Técnico, acerca da viabilidade da admissibilidade do procedimento administrativo de inexigibilidade de licitação para Contratação de Palestra Motivacional para os Profissionais de Educação para atender às necessidades de formação e troca de experiências entre os profissionais que integram a rede pública do município, pelo período de 2 (duas horas), a ser realizado no dia 16 de fevereiro de 2024, no Auditório da Câmara de Dirigentes Lojista, "CDL", de Itabaiana/SE, contrato a ser celebrado entre o Município de Itabaiana/SE e o palestrante ROBERIO BARBOSA DA SILVA, CNPJ sob o nº 32.646.996/0001-01, em observância da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A proposta comercial acostada totaliza à importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que serão disponibilizados com recursos próprios.

É o quanto basta a relatar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Em regra, as obras, serviços, compras e alienações, da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. A exceção consiste na contratação direta por dispensa de licitação, prevista no art. 75, e por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, ambos da Lei nº 14.133/21. Com efeito, dispõe o artigo 74 da supracitada Lei as hipóteses de contratação direta por inexigibilidade de licitação:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...)

**f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

Por sua vez, o art. 6º da Lei nº 14.133/2021 caracteriza serviço técnico especializado como aqueles realizados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, in verbis:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

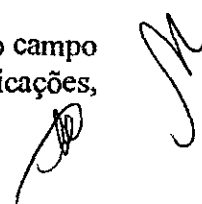
XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

[...]

**f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

De acordo com o art. 74 do novel estatuto licitatório, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição, e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, incluindo-se aí as contratações de natureza predominantemente intelectual, cujo fornecedor tenha notória especialização na área, podendo ser comprovada conforme indicado no § 3º do mesmo dispositivo.

Considera-se de notória especialização do profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações,



organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Atente-se que o requisito da notória especialização exigido na Lei não é a especialização comum, mas a especialização notória, ou seja, diferenciada, dotada de qualidade mais reconhecida, consagrada no respectivo ramo da atuação, o que acarreta a necessidade de demonstrar experiência, credibilidade e confiança na prestação dos serviços contratados, motivo pelo qual não se verifica viável a competição.

A notória especialização não se trata de característica exclusiva da empresa, nem tampouco há necessidade de exposição pública da entidade prestadora do serviço. Tal característica é principalmente do corpo técnico, não devendo se confundir fama com notória especialização.

Os serviços previstos na lei podem ser prestados por vários especialistas, ou seja, não se faz necessário que somente uma pessoa disponha da técnica pretendida pela Administração Pública, outros também podem dominá-la; no entanto, todos eles a realizam com traço eminentemente subjetivo, em razão do que, repita-se, a inexigibilidade tem lugar pela falta de critérios objetivos para cotejá-los.

A Lei 14.133/2021 faz remissão ao artigo 6º onde estão mencionados vários desses serviços, como pareceres, assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, treinamento de pessoal etc. Portanto, o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal estando incluído na lista para contratação direta.

Em suma, a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Nacional nº 14.133/2021) foi omissa quanto à necessidade de demonstração da singularidade das serventias, porquanto seu art. 74 estabeleceu que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial, dentre outros casos, na contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

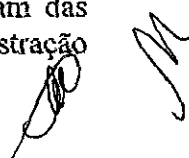
A omissão levou alguns doutrinadores a defender o fim da necessidade da evidencição da singularidade nas contratações diretas mediante inexigibilidade.

Apesar de corrente doutrinária nesse sentido, há se observar a necessidade, ao menos durante o prazo de vigência deste opinativo, de se preencher o requisito da singularidade, mesmo que indiretamente no arcabouço da justificativa.

Dessa maneira, para haver singularidade, devem ser preenchidas as seguintes circunstâncias:

- 1) os serviços são específicos e possuem peculiaridades quanto à maneira e o modo de prestação, somente podendo ser realizados com confiabilidade por pessoas habilitadas e capacitadas;
- 2) os serviços apresentam complexidade técnica e devem ser feitos sob encomenda por um terceiro, devendo este reunir um conjunto de atributos que não podem ser mensurados por critérios objetivos; e
- 3) os serviços não devem ser padronizados, básicos e convencionais.

Com efeito, a demanda é singular quando possui peculiaridades que as diferenciam das demandas padrão, sendo que no caso concreto, a resposta que a licitada pode gerar à administração pública é específica, satisfazendo a necessidade inicialmente exigida.



### 3. CONCLUSÃO

Conclui-se, que o processo em tela esgotou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste setor de controle interno.

Diante do exposto, concluímos que os autos se assemelham estarem revestidos da legalidade necessária, e em conformidade.

#### **MANIFESTA-SE, portanto:**

Pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes a matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de sua publicação conforme § único do Art. 72 da lei 14.133/21.

Por todo o exposto, o presente Parecer Referencial deverá ser utilizado na instrução dos processos administrativos, para fins de orientar o procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, para fins de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

É o que temos a relatar. À vossa consideração.

Itabaiana/SE, 09 de fevereiro de 2024.

*Ana Karoline Oliveira Borges*  
**ANE KAROLINE OLIVEIRA BORGES**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO**

*Miguel Victor de Sa Cordeiro Almeida*  
**MIGUEL VÍCTOR DE SA CORDEIRO ALMEIDA**  
**ASSESSOR ESPECIAL II**